

A SOCIABILIDADE URBANA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA CIDADE DUAL: INTERPRETAÇÃO POR MEIO DE MAPAS MENTAIS E PERCEPÇÃO AMBIENTAL EM BELO HORIZONTE, MG

Flávia Vieira Xavier

Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Arquitetura e Urbanismo,
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Viçosa, MG, Brasil
flaviavieiraxavier@gmail.com

Regina Esteves Lustoza

Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Arquitetura e Urbanismo,
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Viçosa, MG, Brasil
relustoza@gmail.com

Wagner Barbosa Batella

Universidade Federal de Juiz de Fora, Departamento de Geografia,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Juiz de Fora, MG, Brasil
wagner.batella@ufjf.edu.br

RESUMO

Propõe-se neste artigo uma reflexão acerca da sociabilidade urbana atrelada ao espaço público, com ênfase na escala da rua. A perda da significância dessa dimensão como lugar de interação e o descrédito da vida cotidiana como relevante para a produção do espaço urbano, motivaram a compreensão dos usos que se tem feito dela. As análises se basearam na interpretação da percepção dos moradores de dois bairros vizinhos e socioeconomicamente distintos de Belo Horizonte, MG, utilizando-se como métodos a observação não participante, a entrevista semiestruturada e o mapa mental. Os resultados revelaram a fragilidade do bairro de alto padrão econômico no âmbito das inter-relações pessoais e a negação das ruas como lugar de interação social. Em contrapartida, o bairro vizinho se mostrou um ambiente atrativo em função dos visíveis laços de sociabilidade. Observou-se que a crise na qual perpassa a sociabilidade urbana está diretamente relacionada à crise nos espaços públicos e se justifica pelos processos de exclusão e segregação; pela economia do dinheiro, nivelador social que inclui e exclui; pelo estigma, que interfere no estabelecimento de vínculos sociais; e pelo esvaziamento da rua como espaço lúdico, seja pela morfologia do lugar, pela cultura do medo ou pelo individualismo.

Palavras-chave: Espaço urbano; Apropriação do espaço; Segregação socioespacial; Rua; Lugar.

THE URBAN SOCIABILITY IN THE PUBLIC SPACES OF THE DUAL CITY: INTERPRETATION THROUGH MENTAL MAPS AND ENVIRONMENTAL PERCEPTION IN BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS, BRAZIL

ABSTRACT

This study debates the relation between urban sociability and public space, emphasizing the street scale. It was motivated by the needed of understanding the dynamics of this dimension, which has been unconsidered as a place for social interaction and negated as relevant for the production of the urban space. The analysis was based on the interpretation of the residents' perception from two neighborhoods in Belo Horizonte (MG) with distinct socioeconomic levels. The methodology included the non-participant observation, the semi-structured interviews and the mental maps. The results revealed the fragility of personal relationships for residents of high-income neighborhood and refusal of the street as social space. In contrast, the other neighborhood presented an attractive environment as a function of strong ties of sociability. Lastly, these results suggest that the crisis of urban

sociability is directly related to the crisis in the public spaces. This is justified by the processes of exclusion and social segregation; by the money economy, social leveler for inclusion and exclusion; by the stigma, which interferes in the social networks; by the emptying of the street as ludic space, either by the morphology of the place, the culture of fear or the individualism.

Keywords: Urban space; Appropriation of space; Socio-spatial segregation; Street; Place.

INTRODUÇÃO

A negligência com as questões sociais ao longo da história tornou a cidade o lócus da diferenciação socioespacial. A desigual distribuição da terra transformou as relações humanas e alterou a configuração da sociabilidade na cidade, trazendo dois cenários: de um lado, a negação da pluralidade da vida urbana e a falência da rua em detrimento de uma “sociedade individualizada” (BAUMAN, 2008); e de outro, em que à população lhe foi negado o direito à cidade, o reconhecimento da rua como único lugar possível do encontro e do convívio diante dos processos de exclusão e segregação.

Essa dualidade é comum à maioria das cidades brasileiras. Em Belo Horizonte (BH), Minas Gerais, 19% da população vive precariamente em áreas irregulares (BELO HORIZONTE, 2015), em confronto diário com os limites (in)visíveis dos bairros de alto padrão. Na região Centro-Sul, referência comercial e financeira de BH, a conexão que esses diferentes estratos sociais estabelecem entre si, e com a rua, são notadamente díspares, o que nos instiga a compreender o lugar a partir da perspectiva das próprias pessoas que o constituem.

O Bairro Santa Lúcia e a Vila Barragem Santa Lúcia (ver a Figura 1) são, portanto, nossos referenciais empíricos que refletem esse contexto. Enquanto o primeiro se caracteriza pela infraestrutura e pelo alto padrão das moradias, no segundo predominam a ilegalidade e os assentamentos irregulares, com densidade demográfica quase oito vezes maior se comparada ao Bairro Santa Lúcia (IBGE, 2011). Assim, para interpretar o cenário contraditório que é produzido pelas práticas de sociabilidade no espaço público, consideramos a percepção do indivíduo acerca do lugar onde vive e das relações que ele estabelece intra e entre-bairros.

Ainda que a sociabilidade tenha sido explorada por outros autores em diferentes escalas de análise (BARRAL, 2012; MACHADO, 2014; CAMPOS, 2014; BAVARESCO et al., 2015; ARANTES, 2015; SOUZA, 2015), não se encontram estudos que a associe à rua, como propõe este trabalho. A ênfase nessa escala é importante em função da perda da sua significância enquanto lugar de interação social, e de grande parte da literatura apontar a economia como sua principal produtora, sem considerar o protagonismo da vida cotidiana como uma dimensão necessária na produção do espaço urbano.

Sendo assim, partimos da perspectiva fenomenológica, priorizando o indivíduo por meio das entrevistas e da observação comportamental *in loco*, como feito em Cerqueira (2013) e Arantes (2015). No entanto, em razão dessa abordagem demandar uma compreensão da percepção que nem sempre a fala e o comportamento são capazes de comunicar, adotamos ainda como recurso metodológico o mapa mental. Esse método tem como referência Kozel (2007; 2009), e possibilita o resgate e a representação da imagem mental que se tem acerca do ambiente vivido. Juntos, auxiliarão na discussão da sociabilidade urbana atrelada ao espaço público, e das relações dialéticas entre a Vila e o Bairro, a casa e a rua.

O objetivo do estudo, portanto, é identificar e compreender, através da percepção dos moradores, os diferentes usos das ruas do Bairro Santa Lúcia e da Vila Barragem Santa Lúcia em que se reconheça a prática da sociabilidade e o seu reflexo na produção do espaço público.

ESPAÇO PÚBLICO E SOCIABILIDADE URBANA

O espaço público, além de ser a expressão concreta das relações sociais (CORRÊA, 2005), é elemento essencial nas cidades por ser o lugar do exercício da cidadania, da política das forças

sociais, e onde a vida em comum é suportada. Pode ser analisado a partir da perspectiva dos seus elementos morfológicos (LAMAS, 2004), da sua funcionalidade e diferentes papéis que assume na cidade (NOGUERA, 2011), ou das práticas e dinâmicas sociais que nele ocorrem (GOMES, 2002), dimensão que nos interessa neste trabalho.

Há uma acepção largamente utilizada, nesse âmbito, que considera público tudo aquilo que não é privado, pela qualidade do livre acesso. Entretanto, diante das diversas formas de espaço público que não têm essa qualidade, onde os encontros são normatizados e prevalece a exclusão, podemos dizer que espaço público é qualquer tipo de espaço onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e à participação de qualquer pessoa. Deve ser o lugar onde as diferenças se submetem às regras da civilidade e onde os diferentes segmentos, com suas expectativas e interesses, nutrem-se da co-presença e superam o individualismo (GOMES, 2002).

Na mesma linha de pensamento, Serpa (2007) interpreta o espaço público por sua representação subjetiva e cultural, bem como pelo reflexo na forma de apropriação desse espaço na contemporaneidade. O autor o define como o lugar da “possibilidade da ação política”, da reprodução de diferentes ideias e da intersubjetividade entre sujeitos e percepções na produção do espaço urbano.

Por ser mesmo a “possibilidade” da ação e não a sua concretização, essa troca e reprodução culturais, na prática, não se revelam livremente no espaço público, tampouco se isentam dos obstáculos de acesso a ele. Ainda que não haja barreiras legítimas, o estigma por trás do “outro”, o desconhecido, não possibilita o real aproveitamento da co-presença, fazendo com que o espaço público se esvazie do sentido tradicional do seu significado. Dessa forma, a cidade passa a dispor de lugares públicos que correspondam à imagem da cidade e de sua sociabilidade, produzindo o que Gomes (2002) define como cena pública: um resumo físico da diversidade daquela população.

As cenas que se configuram em nossa área de estudo não fogem do descrito acima e o que mais se observa é como as práticas de sociabilidade se manifestam de forma diferente em ambos os bairros.

Derivada do termo “sociação” – interação entre indivíduos guiados por seus interesses comuns, que moldam a forma de comportamento – a sociabilidade é definida por Simmel (2006) como o sentimento e a satisfação de estar socializado. Uma forma lúdica da sociação, onde nada se busca além da satisfação do instante sociável. Na sociabilidade,

[...] não entram o que as personalidades possuem em termos de significações objetivas, significações que têm seu centro fora do círculo de ação; riqueza, posição social, erudição, fama, capacidades excepcionais e méritos individuais não desempenham qualquer papel. (SIMMEL, 2006, p. 67)

As qualidades pessoais decidem, portanto, o caráter da comunidade, e a sociabilidade depende totalmente das personalidades entre as quais ocorre. Quando ela se despe dos interesses específicos, ela não se esvazia de significado, apenas se configura em sua forma pura (SIMMEL, 2006). No entanto, alguns fatores podem alterar a forma como ela se expressa nas cidades: número de habitantes, por meio do aumento das variações de características individuais como cor, status, estrato econômico e social, segmentando espacialmente esses indivíduos; densidade populacional, com a tendência de produzir diferenciação e especiação; e heterogeneidade, pela complexificação e quebra da rigidez da estrutura social, possibilitando a ramificação e a estratificação da mesma (WIRTH, 1976).

A influência desses fatores é notável especialmente nas grandes cidades, em que as pessoas se segregam mais em virtude da renda, da posição social ou da cor da pele, do que pela atração positiva umas pelas outras. Assim, os mesmos motivadores da aproximação são os que induzem a indiferença e a impessoalidade, provocando a atitude *blasé*: estado de ânimo que torna o indivíduo incapaz de reagir com energia apropriada a novos estímulos (SIMMEL, 1976).

Para Simmel (1976), a atitude *blasé* é o reflexo subjetivo da economia do dinheiro, que se torna o maior dos niveladores sociais e denominador comum de todos os valores, fazendo com que

todas as coisas se diferenciem apenas quanto ao seu valor econômico. A essência dessa atitude não significa que os objetos não sejam percebidos, mas sim experimentados como destituídos de importância. Ao mesmo passo em que há essa recusa em reagir aos estímulos externos, seja por meio da desvalorização do outro ou pela autopreservação, vivencia-se o “sonho da pureza” (BAUMAN, 1998), ou seja, o desejo de manter os ideais e os padrões de vida que se pretende conservar.

Isso quer dizer que o próprio homem concebe o outro como obstáculo à organização do ambiente, fazendo daquele estranho uma ameaça à ordem e a pureza do grupo de semelhantes. E dessa forma a sociedade, guiada por interesses em comum, mantém suas disparidades pela constante busca da homogeneidade, e os diferentes grupos sociais sempre contarão com obstáculos de acesso aos espaços da cidade, dificultando a troca e a reprodução cultural – ações que fazem permanecer viva a sociabilidade no espaço público.

Podemos dizer, então, que não é somente questão de indiferença, mas o contrário, há uma reação negativa em relação ao externo por ele ser visto como ameaça à ordem. Ser estranho se torna uma consequência da construção da identidade, que fragmenta grupos inteiros e interfere nas trocas sociais que se dão no ambiente urbano.

A RUA COMO LUGAR DE INTERAÇÃO SOCIAL

Mesmo que a interação entre diferentes grupos sociais seja cada vez mais dificultada, a sociabilidade ainda revela-se de diferentes formas na cidade, a depender do grupo que a pratica e do contexto que a possibilite ocorrer.

Existem algumas funções fundamentais que as formas da cidade podem expressar, que convidam ou não os indivíduos a usufruir e dar significado aos espaços, fazendo deles um verdadeiro lugar. Criam-se imagens positivas e negativas sobre ele ao mesmo passo em que são satisfeitas as necessidades individuais. Como dito por Tuan (1983, p. 6), “o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”, e se pensarmos no espaço como algo que permite movimento, “então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar”.

A rua, sendo um espaço em constante movimento, é também lugar, por possibilitar a pausa e as trocas culturais, exercendo importante função na construção da sociabilidade no ambiente urbano. Ela constitui uma das três escalas básicas que compõe uma cidade, juntamente com as escalas do bairro e da própria cidade (LAMAS, 2004). Caracteriza-se pela dimensão da via, a vegetação, os pavimentos e o mobiliário urbano (ROSSI, 1995), além do elemento humano, que também a caracteriza e a diferencia das demais.

A recusa da rua e a falência desse espaço como lugar de interação social têm transformado os usos que se tem feito dela. Quando a rua é excluída como local de sociabilidade, a convivência se limita a espaços privativos, diminuindo a possibilidade do encontro especialmente de indivíduos de diferentes estratos sociais. A esse respeito, D’Incao (1992) acredita que quando deixamos de interagir e frequentar ambientes diferentes do nosso, não há como ter conhecimento a respeito das pessoas que nele vivem, e quanto maior a ignorância sobre o outro, maiores são o medo e a insegurança da interação.

Além desse, outros fatores contribuem para o confinamento dos sujeitos, como atividades extras para aprimoramento pessoal/intelectual; recursos que dispensam deslocamento como serviços bancários *online*, aplicativos de compras e atendimentos a domicílio; e comunicações feitas por meio de equipamentos tecnológicos como *smartphones*, *tablets* e *notebooks*. São meios que vão contra os preceitos da integração e da sociabilidade e empobrecem os espaços públicos das cidades, revelando a relação intrínseca que há entre a evolução tecnológica e a influência exercida na produção das relações sociais.

A função social da rua aparece, no entanto, especialmente quando há a privação de determinados espaços para a camada excluída, sejam esses espaços físicos ou virtuais. É nesse momento que ela se torna útil à comunidade e se preenche de vida humana. Em Belo Horizonte, são nos bairros mais carentes que ainda presenciamos as cadeiras nos portões das

casas, os botequins com mesas nas calçadas, a venda fiada com base na confiança, adultos e crianças transitando e usufruindo dos espaços das ruas.

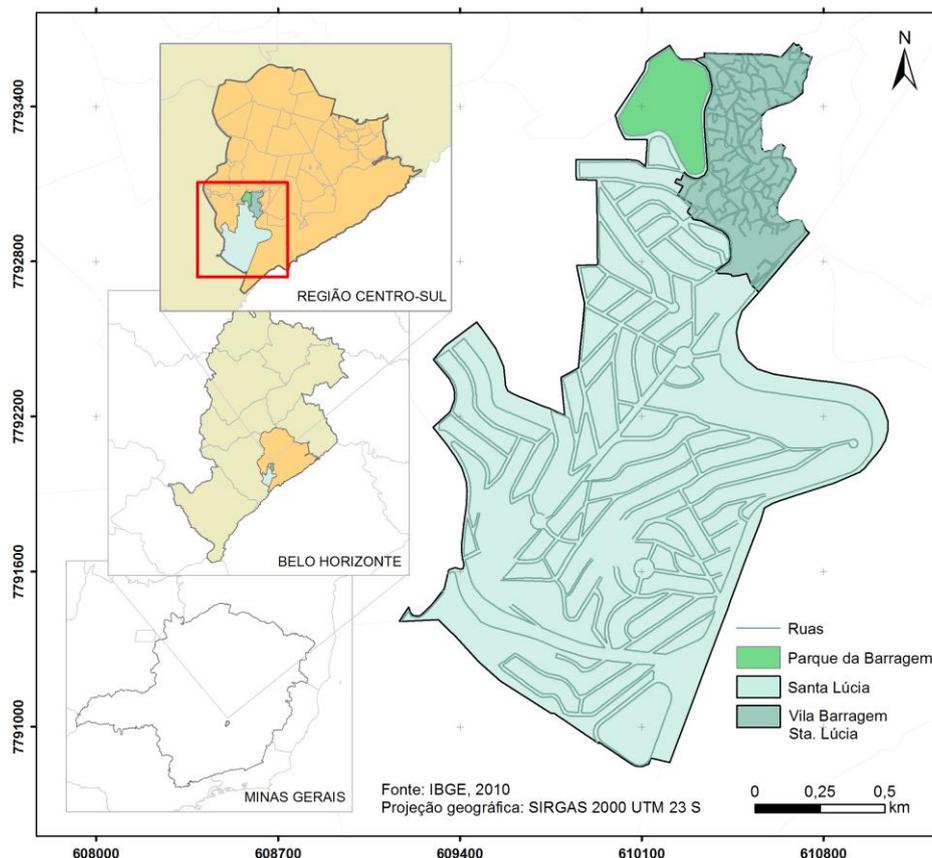
Essa distinção existente entre a vida pública de baixo e de alto padrão foi o que nos motivou a dar o passo seguinte: a construção metodológica para entender a perspectiva dos moradores locais da nossa área de estudo – o Bairro Santa Lúcia e a Vila Barragem Santa Lúcia.

METODOLOGIA

A não linearidade da temática faz com que busquemos a compreensão das partes do nosso objeto de estudo no processo metodológico para, então, analisar o conjunto do fenômeno. Há também que se considerar que os estudos relacionados ao uso do espaço público se intensificaram na atualidade, mas se iniciaram há tempos, o que nos faz acreditar que ponderar a discussão de obras recentes com obras do passado é importante para as relativizações necessárias.

A Vila Barragem Santa Lúcia, cuja população é de 7.225 habitantes, é uma das três vilas do Morro do Papagaio, aglomerado que abriga 15.672 pessoas e faz limite com o Santa Lúcia (Figura 1), bairro com 7.999 residentes (IBGE, 2011). Ambos pertencem a uma das nove regiões administrativas de BH, a região Centro-Sul.

Figura 1 – Localização da área de estudo.



Fonte – IBGE (2010). Organização – Autores (2018).

Entre os moradores da área, 50 pessoas contribuíram com a pesquisa por meio da concessão de entrevistas e da elaboração de mapas mentais. Como a análise qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir a representatividade, mas sim, da qualidade da informação

sobre o universo investigado, selecionamos os mapas e os relatos que melhor corresponderam às expectativas quanto ao resultado.

Os pré-requisitos para participar foram: ser morador da área de estudo e ter idade igual ou superior a 18 anos. Em concordância com a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, garantimos o sigilo de privacidade dos entrevistados.

Além desses métodos, utilizamos a observação não participante para identificar padrões simbólicos e práticas dos sujeitos envolvidos na pesquisa que permitissem analisar a realidade e apontar generalizações mencionadas pelos entrevistados acerca do ambiente. Dentre as vantagens desse método, está a percepção direta dos fatos, o que reduz a subjetividade que permeia o processo da investigação social (GIL, 2008), além da possibilidade da análise de comunicações não verbais como: comportamento dos indivíduos, usos dos ambientes públicos do bairro, traços e trocas culturais, organização do espaço, dentre outras.

As idas a campo foram realizadas em diferentes períodos do mês de agosto de 2016. Num primeiro momento, foi feito o reconhecimento da área concomitante à observação não participante para, então, iniciar a coleta de informações com os participantes da pesquisa. Estas ocorreram, propositalmente, em dois dias aleatórios da semana (entre segunda e sexta-feira), e dois dias no fim de semana (sábado e domingo), sempre no turno da manhã e fim da tarde, durante duas semanas. Essa alternância foi estabelecida previamente por observar que o fluxo e o perfil das pessoas se diferem nesses dias e horários.

Optou-se pela entrevista semiestruturada pela flexibilidade nos questionamentos e pela possibilidade de avançar em tópicos de interesse. O entrevistado também fica livre para detalhar e descrever os fatos, o que facilita o entendimento e a interpretação. Buscou-se conhecer o perfil desses moradores e aspectos relacionados ao trabalho, as atividades de lazer, a percepção que têm do lugar onde vivem, e as relações que estabelecem com a vizinhança da própria rua, e do outro bairro: moradores do Santa Lúcia em relação aos moradores da Vila Barragem, e vice-versa. A pesquisa teve sua execução aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da instituição na qual foi desenvolvida e todas as entrevistas foram autorizadas pelos entrevistados por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido submetido a esse mesmo comitê. Ainda, como parte do planejamento metodológico, foi aplicado um teste inicial para adequar a linguagem, a forma de abordar, a quantidade e a sequência das questões.

A entrevista como método nos traz algumas limitações se há a desmotivação do entrevistado para abordar as questões, se não há uma compreensão adequada do significado das perguntas, se o fornecimento de respostas for falso, ou se o entrevistado não tiver capacidade para responder adequadamente (GIL, 2008). Por esse motivo, o mapa mental surge como uma importante ferramenta por representar a leitura particular do espaço de outra perspectiva. Ele materializa as interpretações, os olhares, as reflexões, os avanços, as relações, os limites, os equívocos e as omissões estabelecidas a respeito do espaço (RICHTER, 2011).

As mesmas pessoas entrevistadas foram convidadas a elaborar um mapa mental. Em razão de alguma impossibilidade, dificuldade ou desinteresse, 38 entrevistados o fizeram (76%), sendo 21 da vila (55%) e 17 do bairro (45%), e dos quais selecionamos 13 para analisar neste artigo. A essas pessoas foi entregue uma caneta esferográfica preta e uma folha A4 em branco, em que deveriam registrar suas percepções sobre o local em que viviam, desenhando o que lhes viesse à memória ao pensar na rua e no bairro em que moravam. O tempo de duração foi relativo, a depender de cada colaborador.

A análise das representações mentais se apoiou na metodologia de Kozel (2007, 2009) em que se consideram os seguintes aspectos: a) Interpretação quanto à forma de representação dos elementos na imagem, como ícones diversos, letras, linhas, figuras geométricas etc.; b) Interpretação quanto à distribuição dos elementos na imagem: sentido, isolamento, dispersão etc.; c) Interpretação quanto à especificidade dos ícones: representação dos elementos das paisagens natural e construída, e dos elementos móveis e humanos; d) Apresentação de outros aspectos ou particularidades a depender do propósito da pesquisa, delimitados aqui como: uso dos espaços urbanos das ruas; ações e intenções humanas; afetividade com o lugar; e manifestações de sociabilidade.

ENTRE DIÁLOGOS E REPRESENTAÇÕES: UMA INTERPRETAÇÃO DA SOCIABILIDADE ENTRE VIZINHOS “DISTANTES”

Considerar as diferentes formas de linguagens que expressam a diversidade sociocultural no sistema de relações sociais é uma importante etapa para compreender o lugar na perspectiva das pessoas que nele vivem.

Essa perspectiva pode variar consideravelmente e a imagem mental acumulada dessa informação pode refletir não somente na percepção e em diferentes linguagens, mas pode dizer muito sobre as próprias pessoas e suas vidas (GOULD; WHITE, 1992). Isso ocorre em função dos aspectos subjetivos pessoais, que transcendem a cultura a partir da experiência de cada um. Assim, a imagem é o resultado de um processo bilateral entre o observador e seu ambiente, em que este último sugere as especificidades, e aquele filtra e confere significado à luz dos seus próprios objetivos e interesses, possibilitando interpretações significativamente diferentes da realidade de um mesmo ambiente (LYNCH, 2011).

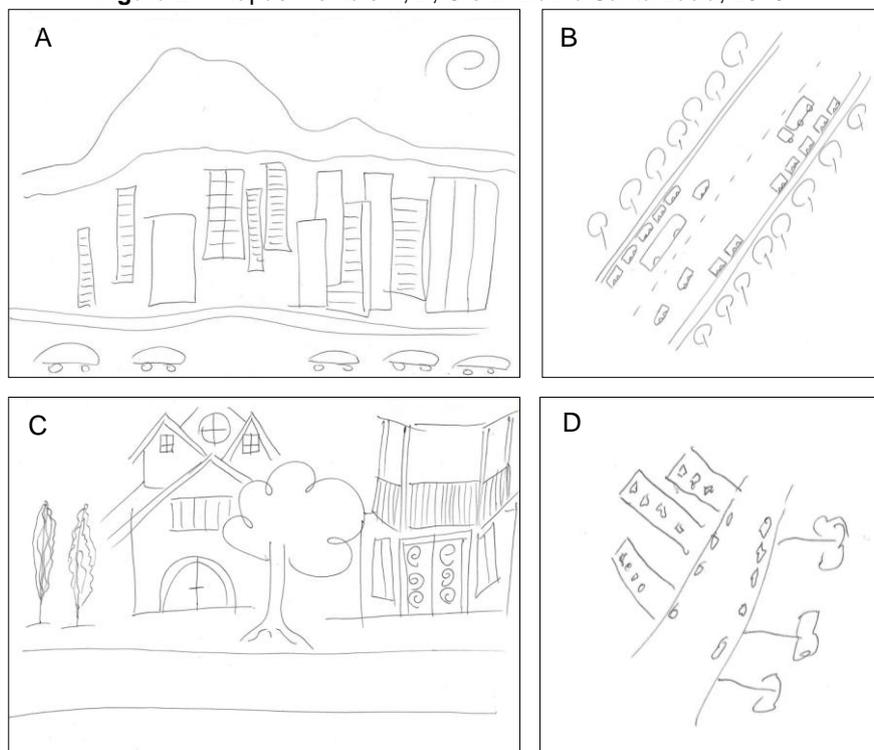
Quando o indivíduo evoca mentalmente essa linguagem e constrói a sua representação por meio do entendimento que tem dela, ele produz o mapa mental, que é o reflexo do espaço vivido a partir dos signos como parte da construção social (KOZEL, 2007; 2008), e também a exteriorização do pensamento humano (OLIVEIRA, 1999).

Os mapas mentais nos preparam para comunicar efetivamente informações espaciais; possibilitam o ensaio do comportamento espacial na mente; auxiliam na memorização de eventos, pessoas e coisas, e ajudam na localização; facilitam a estruturação e armazenamento de conhecimento; e servem para ativar o imaginário por permitirem a retratação de lugares não acessíveis para as pessoas (TUAN, 1975).

Esse instrumento, juntamente com os relatos dos moradores e a observação *in loco*, nos forneceu subsídios para a interpretação da percepção: a resposta dos sentidos aos estímulos externos (TUAN, 1980).

Após a entrevista e a elaboração dos mapas mentais, foi feito o agrupamento em duas categorias: moradores da Vila Barragem Santa Lúcia e moradores do Bairro Santa Lúcia para, então, iniciar o procedimento sugerido por Kozel. A interpretação teve a finalidade de revelar as percepções, intenções e ações dos indivíduos no cotidiano por meio dos desenhos e dos relatos, para apontar generalizações e complementar inquietações.

Figura 2 – Mapas mentais A, B, C e D. Bairro Santa Lúcia, 2016.



Fonte – Dados de campo (2016).

Na Figura 2 temos quatro mapas mentais desenhados por moradores do Bairro Santa Lúcia. O que há de comum em todos eles é a representação de elementos da paisagem natural e, principalmente, da paisagem construída.

O mapa A, em perspectiva, coloca os elementos móveis na figura do automóvel em primeiro plano, seguidos da aglomeração de altos prédios e do relevo ao fundo. Os mapas B e D dão a impressão de uma vista aérea do lugar. A ênfase está no traçado das ruas em linha reta e sentido diagonal, sem limitação, o que revela continuidade e movimento. Destacamos os automóveis e as vagas de estacionamento, o que mostra a importância dada pelos autores dos mapas a esses ícones, ignorando outros meios de locomoção e elementos humanos. As árvores, em sequência e padronizadas, também se mostram relevantes para os autores e dão vida ao cenário construído, mesmo que representadas de forma monótona.

A rua parece ser um ambiente físico bem específico, no entanto, como bem lembra Tuan (1980), ela varia enormemente seu caráter e uso. As horas do dia em que a usamos e a condição de vida que levamos também afetam nossa percepção sob a mesma.

A calçada é representada em alguns dos mapas, entretanto, como não há a presença de seres humanos, não é considerada um elemento importante para a circulação, e sim para complementar esteticamente a paisagem construída. Há menor valorização das pessoas e suas ações pela ausência da sua representação em todos os mapas.

O mapa C se diferencia dos demais pela representação de casas de formas variadas, com ícones que fazem referência às construções de alto padrão pela própria arquitetura e desenho das janelas, portões e telhado. Além das casas, as formas das árvores também dizem respeito à identidade e autenticidade do morador na diferenciação dos demais. A esse respeito, Caldeira (2003) diz que embora a homogeneidade social seja valorizada, a homogeneidade dos projetos de construções não o são. Isso ocorre porque casas padronizadas são construídas para as camadas trabalhadoras, logo, existe um alto valor ligado à “personalidade” da casa e à individualização da aparência.

Em nenhum dos mapas da Figura 2 há a representação de afetividade entre as pessoas do Bairro Santa Lúcia ou delas com o lugar. Este é o cenário geral observado em campo, mas o Bairro não é retratado em todos os seus aspectos, como a infraestrutura e representatividade do comércio local, ou ícones que simbolizem a insegurança, aspecto mais mencionado pelos moradores quanto aos pontos negativos do Bairro.

Figura 3 – Mapas mentais E, F, G e H. Vila Barragem Santa Lúcia, 2016.



Fonte – Dados de campo (2016).

Os mapas mentais E, F, G e H (Figura 3) traduzem as percepções dos moradores da Vila Barragem Santa Lúcia. Ao contrário dos anteriores, todos eles têm em comum a representação de elementos humanos integrados à paisagem.

A começar pelo mapa E, retratado em perspectiva, mostra uma viela em sentido único, sem calçadas, que leva os transeuntes a caminharem pelas ruas. As pessoas se misturam ao cenário, acenando pelas janelas ou terraços das casas. São ações humanas que traduzem claramente relações de afetividade, por meio da vigilância da rua e dos sinais de sociabilidade. As janelas e portas, por sua vez, estão conectadas diretamente com o espaço público, possibilitando o contato direto entre os moradores pela ausência de muros e grades. A presença de ícones como o poste, localizado na via, as fiações e as construções inacabadas reproduzem fielmente o cenário caótico das favelas. Não há presença de elementos da paisagem natural ou móveis, o que é comum nesse tipo de ambiente pela carência de espaço físico.

O mapa F tem como elemento central a forma do globo, que simboliza o mundo vivido pelo morador. Nele, há ruas que vão em direção ao centro, complementadas pelos elementos da paisagem natural: flores e árvores. A representação humana é significativa e se dá de forma dispersa por todo o globo, mostrando também que há contentamento e afetividade com o lugar pelas expressões faciais desenhadas nas pessoas.

Tuan (1980) diz que há uma escala em que a percepção humana alcança, e os objetos que percebemos são proporcionais ao tamanho do nosso corpo e à amplitude do nosso aparelho perceptivo. Logo, nem o que é muito pequeno, nem o que é muito grande, integram o nosso campo de visão. Porém, como já foi dito pelo próprio autor, o mapa mental serve para ativar o imaginário e possibilitar a retratação de lugares não acessíveis, como foi feito pelo autor deste mapa ao fazer do globo terrestre o seu bairro próprio.

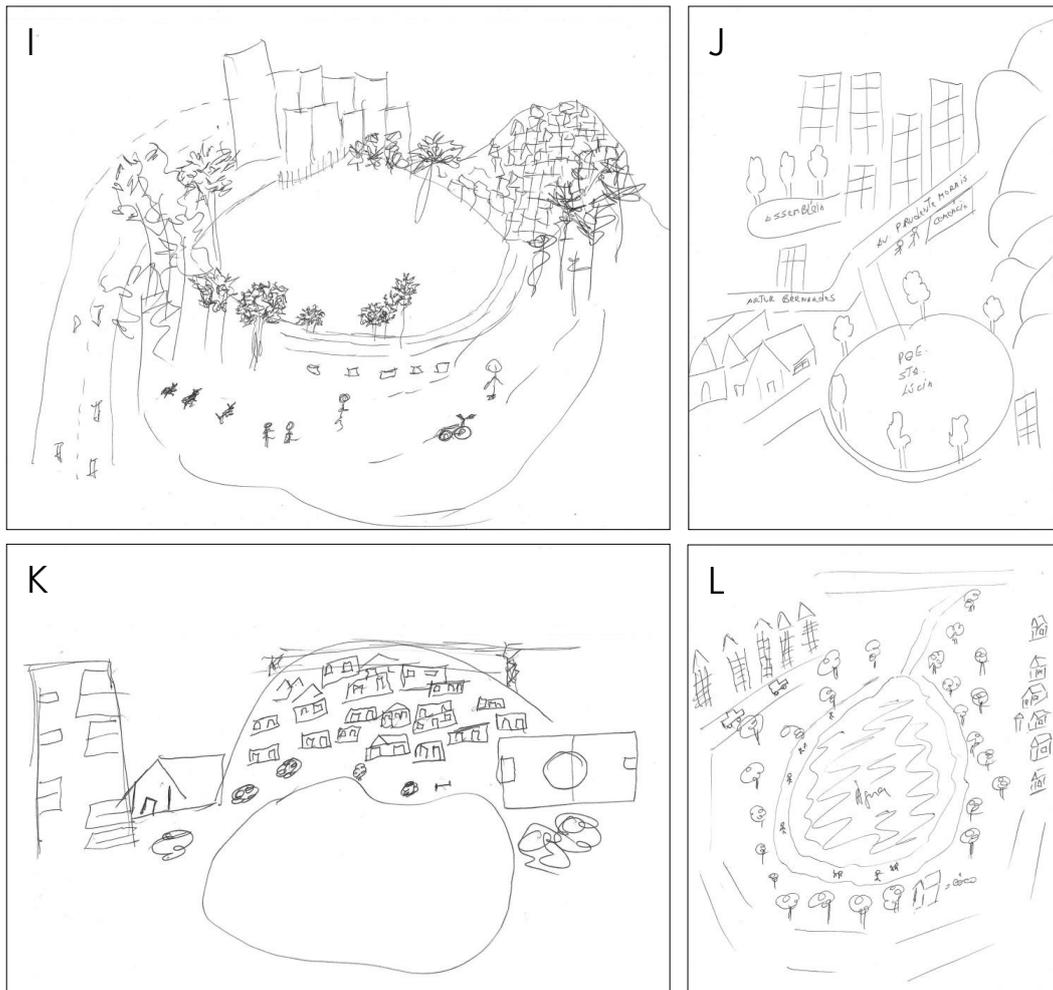
O mapa mental G, também em perspectiva, mostra uma via contínua, dando ideia de movimentação. A simbolização do ônibus e da bicicleta no centro do desenho revela a importância dada a esses elementos como meios de locomoção. O bairro aqui é representado a partir de uma visão romântica pela forma que foram representados os elementos da paisagem natural e os usos da rua, como o sol “sorrindo”, a presença das nuvens, dos pássaros, o balanço na árvore e uma menina que anda feliz em sua bicicleta. A apreciação romântica é privilégio e riqueza da cidade, e ela só é possível quando a sociedade alcança certo nível de desenvolvimento e complexidade, fazendo com que as pessoas comecem a observar a relativa simplicidade (TUAN, 1980).

No desenho feito no mapa mental H, o espaço construído está representado nas casas do morro e nos prédios do Vila Viva à direita, programa municipal que prevê a construção de habitações direcionadas às populações removidas das favelas. As ruas estão bem delineadas e demonstram a importância dada ao trajeto que possibilita a ida de um local a outro, bem como por serem nelas onde ocorrem os jogos e as brincadeiras.

A relação entre as pessoas e a rua é relativamente expressiva e mostra a identidade que se tem com o lugar e com os objetos que o compõem. De acordo com Lima e Kozel (2009), da mesma forma que se elege um lugar como símbolo que atribui o sentimento de identidade às pessoas, se elegem símbolos que atribuem valores para os lugares e para as pessoas. Daí o reconhecimento de se pertencer a determinados grupos e representar elementos das relações sociais incorporados à construção do espaço conforme o valor atribuído por quem reproduziu o mapa.

Dentre todos aqueles que fizeram o mapa mental, 12 pessoas incluíram o Parque Jornalista Eduardo Couri, conhecido como Parque da Barragem (ver a Figura 1), como importante elemento construído e, dentre essas, tiveram aquelas que o retrataram de forma integrada aos dois bairros em análise (Figura 4).

Figura 4 – Mapas mentais I, J, K e L. Vila Barragem e Bairro Santa Lúcia, 2016.



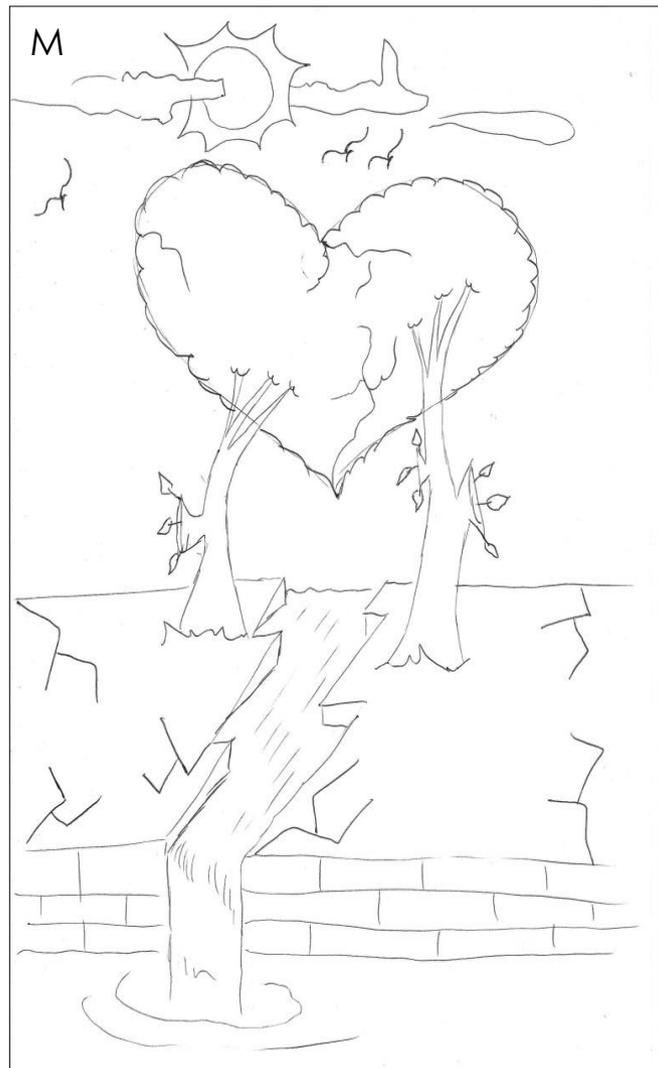
Fonte – Dados de campo (2016).

O que há de comum entre os mapas é a retratação da relação socioespacial entre a favela e o bairro como uma referência importante na construção da imagem mental do lugar, e a representação de elementos da paisagem natural associados àqueles da paisagem construída. Os mapas mentais I e L se assemelham: têm a Barragem Santa Lúcia como elemento central, circundada pela Avenida Arthur Bernardes e por uma pista, na qual são representados elementos que dão ideia de movimentação por meio do lazer e atividades físicas, mas também de práticas de sociabilidade representadas pela proximidade dos indivíduos.

Os mapas J e K também dão ênfase à representação do parque e sua conexão com a paisagem, mas não apresentam elementos móveis e tampouco humanos. O primeiro, por meio da escrita, destaca a “assembleia” e o “comércio” como ícones significativos à imagem do lugar para o observador, enquanto o segundo se difere pelo desenho de um campo de futebol, elemento pertencente ao parque e muito utilizado pelos moradores da vila.

No último mapa mental selecionado (Figura 5) não há desenho de ruas, pessoas, elementos móveis ou da paisagem construída, mas ele se difere dos demais pela representação de um elemento que se destaca como tema central do imaginário do entrevistado e envolve não somente afetividade com o próprio bairro, mas com o contexto em que vive e uma preocupação nas relações humanas.

Figura 5 – Mapa mental M. Representado por morador da Vila Santa Lúcia, 2016.



Fonte – Dados de campo (2016).

O autor do mapa, em uma visão romântica, demonstra esperança nas relações entre os homens mesmo diante da desigualdade que os acomete. Ambos os bairros estão representados no desenho pelas árvores, mas se veem separados por um riacho. Nas palavras dele, “a favela e o Bairro Santa Lúcia tão divididos pelo mar do preconceito, mas tem algo maior e mais forte que quer unir essas pessoas, que é o amor”.

Mesmo com as diferentes percepções de cada entrevistado, a realidade nunca é conhecida por completo, não importa quantas sejam as perspectivas humanas (TUAN, 1980). Entendemos também que a percepção dos moradores dos bairros pode se diferir tanto mais à medida que tivessem vivenciado diferentes experiências.

No entanto, notamos certo padrão nos mapas aqui apresentados. Todos os meios de comunicação com a rua, como janelas abertas, ausência de portões e muros, são representados como ponte entre a casa do observador e a vida no ambiente externo na Vila Santa Lúcia. Os usos da rua para caminhar, andar de bicicleta, brincar ou se locomover, também significam que a cultura, os hábitos e o ambiente da comunidade tornam a percepção mais aguçada para as relações sociais, determinando atitudes que refletem em um espaço humanizado (Figura 6).

Figura 6 – Usos dos espaços públicos da Vila Barragem Santa Lúcia.



Fonte – Autores (2016).

Em contrapartida, poucos foram os moradores do Santa Lúcia que representaram o espaço público como parte do seu mundo privado (Figura 7). O desenho do lugar onde se vive mostrou-se mais impessoal, e a rua não foi retratada como relevante para práticas sociais. Essa negação dos elementos básicos que constituem a vida pública altera, assim, a forma como percebem e vivenciam o espaço urbano.

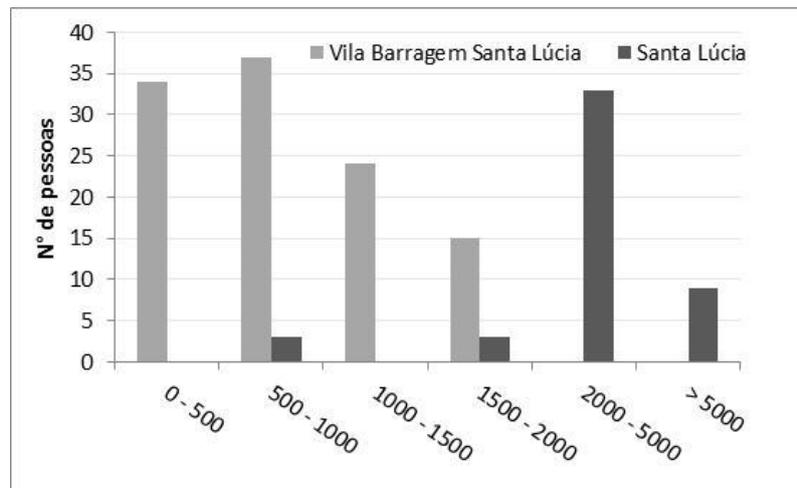
Figura 7 – Usos dos espaços públicos do Bairro Santa Lúcia



Fonte – Autores (2016).

Permitimo-nos apontar um primeiro motivo para essa constatação: a economia do dinheiro como nivelador social, que induz o uso de espaços públicos pela carência de opções culturais e de lazer, ou induz o confinamento e a sociabilidade seletiva pelo alto poder de consumo. Enquanto a maioria dos entrevistados da Vila Barragem vive com até 500 ou 1 mil reais por mês, a maioria dos entrevistados do Santa Lúcia recebe de 2 a 5 mil para se manter durante o mesmo período (Figura 8).

Figura 8 – Renda individual mensal dos entrevistados e seus familiares.



Fonte – Dados de campo (2016).

O lazer, atividade fundamental na construção das sociabilidades e também uma forma de vivenciar o ambiente público, está atrelado principalmente ao consumo cultural não gratuito no Bairro Santa Lúcia: 21% dos entrevistados costumam fazer viagens nacionais e internacionais; 19% costumam ir ao cinema nos finais de semana e, com menor expressão, há aqueles que frequentam restaurantes, sítios particulares, clubes ou teatros. Frequentar *shoppings* e fazer atividade física, especialmente no Parque da Barragem, foram as únicas atividades mencionadas que ocorrem em ambiente público.

Já para os moradores da Vila Santa Lúcia, o Parque é protagonista nesse momento (31%), seguido de passear com os filhos (16%), estar em casa (13%) ou jogar futebol, conversar na rua e andar de bicicleta.

Com exceção das caminhadas, que devem ocorrer ao ar livre, e do uso do Parque da Barragem, todas as outras atividades realizadas pelos entrevistados do Bairro Santa Lúcia ocorrem em locais fechados ou em outras cidades, o que não contribui para o desenvolvimento da sociabilidade local. Aquelas formas de entretenimento produzidas entre a vizinhança, que envolvem afetividade e convívio, aparecem com menor frequência se comparado à vila, e não constituem o padrão dominante de lazer entre esses moradores. Além disso, as atividades que envolvem custos como viagens, frequentar bares, restaurantes, clubes, teatros e sítios, sequer foram mencionadas pelos moradores da vila, enquanto jogar futebol, conversar na rua, andar de bicicleta e passear com os filhos, que não demandam recursos, ocorrem em locais verdadeiramente públicos e são comuns a esta comunidade, como pudemos verificar anteriormente por meio das representações nos mapas mentais.

Quando perguntados se os acompanhantes nessas atividades eram pessoas do próprio bairro, 64% dos entrevistados do Santa Lúcia disseram que não, e justificaram que passam o tempo livre com amigos e parentes de outros bairros, estabelecendo menor contato com a vizinhança local. Em contrapartida, 96% da vila responderam que têm como companhia, moradores da própria vila. Esse fato nos leva a apontar uma segunda razão para a manifestação diferenciada das práticas sociais nas ruas de BH: não somente o desnível socioeconômico interfere nas relações sociais, por meio de uma sociabilidade seletiva, mas o estigma que recai especialmente sobre a população da vila, como moradores de favela, também os limita no convívio com outras pessoas e no direito à cidade. Em função disso, fomos motivados a compreender como cada entrevistado percebe o bairro vizinho, bem como os residentes.

Aos serem questionados sobre os pontos positivos que consideram no outro bairro, 52% dos entrevistados do Bairro Santa Lúcia não veem nada de positivo na vila. Outra parcela não soube opinar por não conhecer (16%), e 16% gostam da maneira que a população se relaciona. Mas a maioria enxerga a vila como um local violento e inseguro (48%), e muitos apontam as drogas como o maior problema (24%).

Entre os entrevistados da vila, 28% gostam da infraestrutura do outro bairro por também usufruir dela e 20% consideram a oferta de emprego um ponto muito favorável. Para muitas pessoas, a única forma de acessar e ter contato com moradores do Bairro Santa Lúcia é por meio do trabalho. De acordo com uma diarista da vila que trabalha no bairro, a convivência não passa de uma relação entre “patrão e empregada”, acreditando ser pelo medo e desconfiança que sentem daqueles “potencialmente perigosos”.

De fato, entre todos os moradores de ambos os bairros que disseram ter algum vínculo com pessoas do outro bairro, 86% afirma ser por meio do trabalho, apenas. Como consequência desse medo, são cada vez mais comuns aparatos e medidas tecnológicas que promovem um novo padrão de segurança e impossibilitam o contato por meio da imposição de regras que incluem e excluem.

Quando perguntados se morariam no bairro vizinho, muitos dos entrevistados da Vila Santa Lúcia que afirmaram não ter esse desejo, enfatizaram a boa convivência que há na comunidade, onde todos se conhecem e se apoiam. Um dos entrevistados mencionou o cuidado que procura ter nas obras que faz em casa para não prejudicar quem mora ao lado, e ressaltou a importância de manter um convívio pacífico pela dependência que têm entre si, diante da negligência que sofrem por parte do Estado. No total, 88% dos moradores entrevistados dessa comunidade disseram conviver bem com pelo menos uma pessoa do próprio bairro, enquanto apenas 28% entre os entrevistados do Santa Lúcia o afirmaram.

Nesse ponto, podemos destacar um terceiro motivo para as diferenças observadas em campo e representadas nos mapas acerca das práticas sociais: as condições impostas à comunidade da Vila – e por causa delas – os vínculos, a afetividade e a identificação com o lugar são tão mais comuns entre esses moradores se comparados àqueles do Bairro Santa Lúcia, cujo processo de formação do bairro não se deu de forma coletiva e cooperativa, como ocorre em assentamentos irregulares.

A convivência nesse último bairro, portanto, é mais dificultada e raramente se dá nas ruas. Quando perguntados sobre quais atividades realizam nesse espaço, 63% o utilizam para a prática de atividade física e 38% para passear com o cachorro. Na vila, 94% têm como hábito bater papo com os vizinhos nas calçadas e o restante costuma passear com os filhos.

Visivelmente, as práticas dos moradores do Santa Lúcia no ambiente público não têm caráter afetivo ou intencionalidade em estabelecer a convivência. O uso que é feito das ruas volta-se para atender demandas cotidianas como a manutenção da saúde pela prática esportiva ou para suprir as necessidades do animal doméstico. De acordo com o relato de um morador, essa última atividade é a única forma que tem de estabelecer um contato mais próximo com os vizinhos. Quando outros habitantes do bairro também possuem um animal, há o interesse mútuo em compartilhar experiências, e isso ocorre também quando os pais saem para passear com os filhos.

O uso do automóvel é outro fator que dificulta o exercício da sociabilidade (D’INCAO, 1992) e acaba dissolvendo a relação de portão, de rua e de vizinhança. No Bairro Santa Lúcia, ele é utilizado pela maioria dos entrevistados para locomoção (63%), enquanto na vila, a maior parte se locomove a pé (39%). Esse fato nos leva a indicar a quarta e última causa para a manifestação divergente da sociabilidade em nossa área de estudo: de um lado, o esvaziamento da rua como espaço lúdico em detrimento de uma sociedade motorizada e, de outro lado, o encontro diário nas subidas e descidas do morro pela carência de espaço físico para vias e calçadas. São eventos que redefinem o comportamento humano e transformam as formas de perceber e vivenciar o espaço, em que a morfologia da rua interfere diretamente no uso dela própria.

Por fim, houve outras justificativas para não se utilizar esse espaço público, e o medo e a insegurança, já previstos e percebidos pelos moradores da vila, foram os mais citados entre os residentes do Santa Lúcia (56%), seguidos da declividade do terreno e falta de manutenção das calçadas. Já na vila, a principal reclamação é quanto à ausência de calçadas (40%) e a largura das vias e becos. Ainda assim, 56% dos entrevistados dessa comunidade disseram não ter o desejo de se mudar, enquanto no Santa Lúcia 56% optariam por sair do bairro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As razões apontadas que justificam os diferentes usos que são feitos das ruas de BH nos faz presumir que a crise na qual perpassa a sociabilidade urbana está diretamente relacionada à crise nos espaços públicos. Ela pode ser mais frequentemente observada em áreas de alto padrão, como é o caso do Bairro Santa Lúcia, cujo processo de ocupação não se deu de forma cooperativa e onde a economia do dinheiro, a sociabilidade seletiva, a morfologia do bairro e a insegurança, estão presentes como as principais forças (des)organizadoras do espaço urbano. Esta última, citada repetidamente durante as entrevistas por esses moradores, fundamenta-se no alto índice de criminalidade, mas é reforçada pela propagação indiscriminada da cultura do medo e pela reprodução de crenças que intensificam estigmas, prejudica os vínculos sociais e subutiliza os espaços públicos.

Em contrapartida, a carência de infraestrutura na Vila Barragem Santa Lúcia, a precária assistência e as condições impostas a essa comunidade, proveram uma força que os tornaram unidos e criativos, habilidades necessárias para a superação das adversidades cotidianas e para a apropriação do espaço urbano. Dessa forma, os vínculos afetivos entre essa população são mais frequentes, assim como o sentimento de pertencimento ao bairro.

Essa diferença, refletida na percepção dos moradores da nossa área de estudo, nos mostra como são divergentes também os valores atribuídos aos lugares, às pessoas e, por conseguinte, como se diferem as relações que se estabelecem uns com os outros. Enquanto no Santa Lúcia valorizam-se os elementos construídos, as vias e os automóveis, numa retratação desumanizada do bairro, na vila o enfoque é dado ao homem integrado à paisagem, à expressão da afetividade, e o discurso é pautado na preocupação da manutenção da boa convivência.

Apesar da memória estar longe de guardar toda a impressão sensitiva do ambiente (GOULD E WHITE, 1992), as informações filtradas e reproduzidas para nós, por meio dos mapas mentais, das falas, e manifestadas nos bairros, foram suficientes para retratar a percepção geral dessa população. No entanto, ao mesmo passo que o filtro auxilia nesse momento, ele manipula fontes de informações e altera a interpretação do indivíduo sobre o ambiente vivido. Portanto, a reconfiguração da cidade pela falência da rua como espaço de sociabilidade exigiria, mais do que nunca, ser pensada associada a um renovado protagonismo dos espaços públicos, mas também aos fatores externos que são capazes de influenciar o comportamento desses indivíduos, segmentar da vida pública e induzir a negação da diversidade, impossibilitando a melhor das experiências de viver na cidade: o vínculo com o outro e o encontro das diferenças.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado parcial da dissertação de mestrado intitulada “Sociabilidade urbana na cidade dual: o uso do espaço público em dois bairros de Belo Horizonte, MG”, defendida na Universidade Federal de Viçosa em 2017. Contou com o auxílio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, por meio do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, R. A. A cidade do medo: segregação, violência e sociabilidade urbana em Salvador. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 235, p. 45-73, 2015.
- BARRAL, G. L. L. **Nos bares da cidade: lazer e sociabilidade em Brasília**. 2012. 231 f. Tese. (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
<https://doi.org/10.1590/S0102-69922012000300018>
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BAUMAN, Z. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

- BAVARESCO, A.; PORTO, T.; MARTINS, G. Redes sociais e redes humanas ou a lógica da insociável sociabilidade humana. **Revista Veritas**, 2015. <https://doi.org/10.15448/1984-6746.2015.2.22473>
- BELO HORIZONTE. **Área de Atuação**. Cia Urbanizadora de Belo Horizonte, URBEL. PBH/Urbel, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/bBohyG>
- CALDEIRA, T. P. do R. 2. ed. **Cidade dos muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/EDUSP, 2003.
- CAMPOS, R. B. C. **Medo e violência na cidade: imagens, discursos e sociabilidade nas praças de João Pessoa - PB**. 2014. 445 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.
- CERQUEIRA, Y. M. S. F. **Espaço público e sociabilidade urbana: apropriações e significados dos espaços públicos na cidade contemporânea**. 2013. 121 f. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.
- CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- D'INCAO, M. Â. Modos de ser e de viver: a sociabilidade urbana. **Tempo social**. São Paulo, v.4 n.1-2, p.95-109, 1992. <https://doi.org/10.1590/ts.v4i1/2.84913>
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008
- GOMES, P. C. da C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 304 p.
- GOULD, P.; WHITE, R. **Mental maps**. London and New York: Routledge, 1992. 172 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. **Aglomerados Subnormais - Informações Territoriais**. Rio de Janeiro, 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. **Densidade Demográfica por Bairros**. Rio de Janeiro, 2011.
- KOZEL, S. As Linguagens do Cotidiano Como Representações Do Espaço: Uma Proposta Metodológica Possível. **Encuentro de Geógrafos de América Latina: caminando en una América Latina en transformación**, v. 12, 2009.
- _____. Mapas mentais, uma forma de linguagem: perspectivas metodológicas. In: KOZEL, S.; COSTA S., J.; GIL FILHO, S. F. (orgs.). **Da Percepção e cognição à representação: Reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista**. São Paulo: Terceira Margem, 2007.
- _____. Representação e Ensino: Aguçando o olhar geográfico para os aspectos didático-pedagógicos. In: SERPA, A. (org) **Espaços Culturais vivências, imaginações e representações**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. José M. Ressano Garcia Lamas. 5 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, 590 p.
- LIMA, A. M. L.; KOZEL, S. Lugar e mapa mental: uma análise possível. **Geografia: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Londrina**, v. 18, n. 1, jan./jun. 2009.
- LYNCH, K. **A imagem da cidade**. 3 ed. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- MACHADO, G. M. C. Praça Roosevelt: sociabilidade e conflitos em um pedaço skatista da cidade de São Paulo. **Periferia: revista de investigación y formación en antropología**, v. 19, n 1, p. 82-107, 2014. <https://doi.org/10.5565/rev/periferia.428>
- NOGUERA, J. E. **La ordenación urbanística: conceptos, herramientas y prácticas**. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya, 2011. 294 p.

RICHTER, D. **O mapa mental no ensino de geografia: concepções e propostas para o trabalho docente**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

ROSSI, A. **A arquitetura da cidade**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 309 p.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. 1 ed. São Paulo: Contexto/EDUFBA, 2007.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. Tradução de Sérgio Marques dos Reis. In: VELHO, O.G. **O Fenômeno Urbano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 11-25., 1976. 133 p.

_____. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006. 119 p.

SOUZA, A. F. de. Lapa: da Sociabilidade na Cidade para a Sociabilidade da Cidade. **Espaço Aberto**, v. 5, n 2, p. 61-78, 2015.

TUAN, Y. Ambiguidade nas atitudes para com o meio ambiente. **Boletim geográfico**, Rio de Janeiro, IBGE, v. 33, n. 245, p. 5-23, 1975.

_____. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. Tradução de Marina Corrêa Treuherz. In: VELHO, O.G. **O Fenômeno Urbano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 133 p.

Recebido em: 22/05/2018

Aceito para publicação em: 06/06/2019